



DISCURSOS DO MÉTODO: NECESSIDADE E EFICÁCIA POLÍTICA DA ETNOGRAFIA DO IHGB

Pedro Spinola Pereira Caldas

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

pedro.caldas@gmail.com

Poucos leitores negariam que, já há algum tempo, experimenta-se o processo crescente de especialização do conhecimento. Seja este processo motivo de júbilo ou lamento, há um fato incontornável: o debate tornou-se mais difícil. Mesmo dentro de sua área, um pesquisador acompanha sempre com muitas dificuldades o ritmo de publicações. E, tragicamente, o preço que se paga por (quase) dominar muito bem um determinado setor do conhecimento é a diminuição, em grau quase direto de proporção à competência do especialista, do interesse que o assunto por ele abordado pode suscitar no meio científico como um todo. E nem é necessário dizer que o interesse dos leigos, amiúde, é baixíssimo ou mesmo inexistente. Vergados pelo peso da erudição, não conseguimos nos movimentar.

Há, porém, atalhos que permitem o diálogo, e estou convencido de que é possível, fora do âmbito da especialização, aproveitar os resultados de pesquisas sofisticadas e elaboradas. Para tanto, precisam cooperar obra e leitor; aquela construindo pontes de acesso e este, se esforçando em superar limites naturais da ignorância que não será suprida em meses ou até em anos.

Escrevo este breve preâmbulo para avisar: minha intenção ao escrever a resenha de **Os Índios no Império do Brasil: A Etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**, de Kaori Kodama, não é a de um especialista autorizado, seja nos assuntos que envolvem o IHGB, seja na história do Brasil Imperial e na etnografia, inclusive porque não faltam bons nomes que poderiam cumprir a contento esta tarefa. De minha parte, assumirei minha perspectiva (ela mesma resultante de minha

especialidade) da leitura do livro de Kaori Kodama e tentarei pensar **Os Índios no Império do Brasil** como uma contribuição importante para a reflexão sobre a teoria da história. Claro, parto do pressuposto de que a teoria da história é uma área singular no campo da ciência histórica: ela demanda os esforços habituais exigidos de um especialista, mas, ao mesmo tempo, não pode deixar passar em brancas nuvens os resultados das pesquisas empíricas. Este esforço é recompensado com a tentativa de pensar continua e sistematicamente a partir de uma linguagem comum, que, sem excluir a diversidade de perspectivas, aposta no estabelecimento de critérios que permitam um diálogo entre historiadores de áreas distintas.¹

Apresento, portanto, a moldura em que tentarei inserir a discussão do livro de Kaori Kodama, a saber, a “matriz disciplinar” elaborada por Jörn Rüsen.

Desde uma versão preliminar, feita em 1983 no livro *Razão Histórica*², até versões mais recentes³, podemos perceber uma divisão (não estanque) fundamental entre a vida prática e a ciência especializada (ou campo da cognição). A matriz é usualmente representada como um círculo, mas com etapas definidas. Digamos que, aqui, para efeitos didáticos, eu decida “girar a roleta” a partir de uma das dimensões da vida prática, a saber, *a carência de orientação no presente*, a crise que se abate, mais tempo ou menos tempo, nas pessoas, nas culturas e nas sociedades. Quando o passado, feito por mãos e mentes humanas, torna-se estranho para as próprias mãos e, sobretudo, mentes humanas, ele se torna um motivo de perplexidade e estupor. De alguma maneira, é a transposição de Rüsen para o dilema definido por Georg Simmel como a “tragédia da cultura”, o impasse entre cultura subjetiva e cultura objetiva, entre o material legado pelo passado e a nossa capacidade e vontade de ver nele algum sentido.

As três etapas subseqüentes da matriz seriam (quase) todas pertencentes à ciência especializada, às *formas de cognição*: os conceitos organizadores, os métodos de pesquisa e a forma de representação (escrita, icônica etc.). Esta última já se insere na

¹ É o que o historiador galego Carlos Barros chama de “paradigma historiográfico” e Estevão Martins de “pacto historiográfico”. Cf. BARROS, Carlos. La historia que viene. **Historia a Debate**, Tomo I – Pasado y futuro. Santiago de Compostela, 1995 (Anais de evento).; MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historiografia: O Sentido da Escrita e a Escrita do Sentido. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 40, jan-jun 2009.

² Cf. RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001, p.35.

³ Cf. RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n.2, p. 27, 2009. Disponível em: << www.ichs.ufop.br/rhh >> Acesso em 25.01.2010.

vida, na medida em que é uma estratégia de comunicação. Mas prefiro subsumir estas três fases à idéia de *elaboração metodológica e científica*. Claro está que, para haver a necessidade de uma elaboração, é porque se constatou, antes, uma crise, uma desorientação em relação ao passado. A quinta etapa seria, portanto, o momento de retorno à vida prática, em que há uma *proposta de orientação* após a elaboração “cognitiva” da perplexidade inicial. É quando a historiografia exerce uma função social e política consciente.

Ao ler o trabalho de Kaori Kodama, no momento pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, percebi que a etnografia do IHGB denota um esforço de elaboração metodológica e científica que serve de resposta a uma desorientação, qual seja, a dificultosa afirmação e legitimação de um projeto nacional, e como esteio para a intervenção na vida prática mediante políticas específicas (inserção dos índios na civilização). A constatação da possível correspondência entre a matriz disciplinar de Jörn Rüsen e o trabalho de Kaori Kodama – e é bom dizer que tal procedimento não faz parte das intenções da autora – confere amplitude teórica a um trabalho inegavelmente erudito, fruto de pesquisa meticulosa.

Os Índios no Império do Brasil é resultado de uma tese de doutorado, defendida no Programa de História Social da Cultura, da PUC-Rio sob orientação do Prof. Ilmar Rohloff de Mattos, autor de **O Tempo Saquarema**⁴, um clássico da historiografia sobre a formação do Estado Imperial. Kaori Kodama já trabalhara com o mesmo orientador na dissertação de mestrado, defendida no mesmo programa e dedicada ao botânico alemão Karl Friedrich Philipp von Martius. De alguma maneira, sente-se no livro de Kaori Kodama a presença das discussões realizadas por Ilmar de Mattos, sobretudo, no que diz respeito às estratégias de ação política sem as quais a construção do Estado nacional no Brasil permaneceria impensável. Mas nada que, de alguma maneira, comprometa a evidente autonomia das reflexões da autora.

O livro dedica-se a analisar a relação entre o emprego da etnografia como uma “operação historiográfica” (no sentido de Michel de Certeau) correlata à fundação do IHGB. O investimento na etnografia, por parte dos membros do IHGB “[...]”

⁴ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

pressupunha a construção de uma imagem e de um valor sobre os índios do território, transformados nos ‘índios e brasileiros’⁵.

Por qual motivo foi, portanto, necessário construir a imagem do índio? Kaori Kodama mostra ao leitor que esta construção tem a função de formar uma identidade que venha a suplantar experiências desorientadoras: a legitimação temporal do Império do Brasil e a criação de uma imagem nacional unificada, que pudesse, dentro do ideal de unidade, comportar não somente os índios em si, mas a própria diversidade existente entre os diferentes “povos”. Para que tal unificação fosse possível, o território deveria ser seu contorno. A desorientação é dupla: temporal e espacial.

É um problema que Reinhart Koselleck expôs muito bem, e que pode ser explorado pelo e no livro de Kaori Kodama. A saber: o problema do singular coletivo como forma de tratar a questão do sujeito da história no século XIX e na modernidade como um todo. O que ocorrera na Europa nos séculos XVIII e XIX pode ser transposto, sem maiores avarias, para o Brasil imperial. Note-se a seguinte passagem de Koselleck:

Os conjuntos de fenômenos universais não podiam mais ser escritos em anais. Eles exigiam maior capacidade de abstração do historiador, para compensar a experiência direta perdida. Por isso a escola de Göttingen passou a exigir que a história fosse escrita como “sistema”, e não como “agregado” [...].⁶

Ora, os diferentes povos indígenas não poderiam ser mais enumerados, mas inseridos dentro de um sistema que compreendesse a unidade indígena, sistema este que deveria também ser explicado nos termos de uma história nacional. E tal necessidade de sistematização haveria de ser cumprida tanto no eixo temporal, como no eixo espacial.

Como nos mostra Kaori Kodama⁷, o passado precisava ser alargado. Já na segunda reunião do Instituto, ocorrida em 15 de dezembro de 1838, Raimundo José da Cunha Mattos propôs uma nova forma de divisão das épocas da história do Brasil, a saber: o período da história dos autóctones, seguido da história da administração portuguesa no Brasil e, por fim, a história dos fatos ocorridos após a Independência, em 1822. E é forçoso notar que a proposta de Cunha Mattos engendra pesquisas

⁵ KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil**: A Etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p.15.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. “Modernidade”: Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: _____. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006, p.292.

⁷ Cf. KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil**: A Etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p.66.

documentais, especialmente lingüísticas e arqueológicas, que buscavam, mediante a soma das partes (as províncias) formar um todo da história do Brasil.

O território era também a porta pela qual entrava o discurso sobre a construção da identidade: a própria demarcação da fronteira já diz o que se é, em oposição ao que não se é; a questão é que estas fronteiras, dadas as influências do iluminismo, seriam naturais. É curioso o argumento iluminista, que, neste caso, só funcionaria se admitíssemos um tipo bem específico de iluminismo, qual seja: o determinista. Como lembra Kaori Kodama a partir de Demétrio Magnoli, se a tradição é a pátria temporalmente configurada, o território é sua forma espacial.⁸

O que o livro de Kaori Kodama deixa bastante claro é a incerteza profundamente vincada no que diz respeito à maneira como se dará contornos à nacionalidade. E se os termos são tradição e território, o problema é ainda mais sério: quem está dentro e fora deste território, ou, para ser mais preciso, como os homens se localizam neste território? E quem lê esta tradição? Quem a criou – e é seu sujeito “primário” – e quem a herdou – e é seu sujeito “secundário”? E, sobretudo, quem deve aprendê-la? Se os índios devem ser inseridos, é necessário saber, antes, em que moldura eles serão inseridos, é necessário, portanto, haver clareza sobre os critérios que possam determinar mesmo se a tarefa de “civilizar” os índios é ou não bem sucedida. Para os próprios membros do IHGB, o problema não parecia ser de fácil solução: se Freire Alemão, em 1847, defendia o estabelecimento de um quadro síntese para todas as nações indígenas, Joaquim Norberto de Souza e Silva, em 1854, optava pela solução humboldtiana no que dizia respeito à origem dos homens. Baseando-se no naturalista alemão, Joaquim Norberto afirmava ser única a origem humana, algo que entrava em rota de colisão com outra tese em vigor na época, defendida por Virey, que via a humanidade originalmente cindida em quatro raças.

A desorientação inicial sobre a identidade nacional tornava-se, portanto, um problema a ser cientificamente elaborado. Entra em questão o problema das raças, amplamente discutido entre 1840 e 1860. Segundo Kaori Kodama, ganha destaque, neste momento, a figura de outro alemão, Karl Friedrich Philipp von Martius. Nas teorias de Martius, os índios rumavam inexoravelmente para a decadência, e, ao

⁸ Não posso deixar de notar, se bem entendi o trabalho de Ângela de Castro Gomes sobre a revista *Cultura política*, que esta concepção do território receberia, no Brasil de Vargas, uma conotação bem mais mítica. Cf. GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**: A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.160-161.

simplesmente obedecerem a este ciclo natural, dificilmente poderiam ser civilizados – quando muito, seriam domesticados pela filantropia.

É interessante notar no livro de Kaori Kodama que, por meio da botânica, encontra-se uma categoria histórica fundamental para a elaboração do impasse inicial: decadência. Por categoria histórica entenda-se uma perspectiva capaz de organizar dados e experiência, que, em um primeiro momento, mais atordoam do que criam sentido. O destaque dado a este conceito é algo notável, e já foi trabalhado por Valdei Lopes de Araujo⁹ em excelente livro publicado em 2008. O assunto se torna tanto mais interessante na medida em que Valdei Araujo analisa o conceito de decadência como uma categoria para análise da história de Portugal! Neste aspecto, ambos os livros ganham se lidos paralelamente.

O conhecimento dos povos indígenas foi uma encomenda do próprio D. Pedro II, passada a ninguém menos do que Gonçalves Dias. Coube ao poeta um estudo comparativo entre os povos indígenas brasileiros e os que viviam na Oceania. Mas a potência da categoria “decadência” já moldava a resposta:



De qualquer maneira, as questões lançadas no âmbito deste debate, que estava em vias de construção, tangenciavam o programa respondido por Gonçalves Dias. Diferentemente do princípio evolucionista, a discussão dos letrados no Império do Brasil tomava outra vertente, seguida por Martius, que, como visto, preferia afirmar a decadência dos povos indígenas. [...] Com essa interpretação fornecida pela etnografia, a questão do Imperador já possuía resposta, e, com esta, o lugar dos índios na história do Brasil era definido mesmo antes de ela começar a ser feita¹⁰

O aspecto mais instigante sobre a forma de elaboração científica é o fato dela, como aponta bem a autora, já ser um tanto quanto encomendada, o que nos obriga a pensar com seriedade sobre o limite da autonomia do conhecimento (histórico, etnográfico) no Brasil do século XIX. Não esqueça o leitor: é o mesmo século em que a ciência histórica é reconhecida como disciplina autônoma na Europa, ainda que tal autonomia nem sempre esteve inteiramente descolado dos projetos de legitimação do Estado nacional. Portanto, cabe a pergunta: será a ciência, no caso específico do IHGB, capaz de elaborar uma crise de orientação dada na vida prática?

⁹ Cf. ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 67.

¹⁰ KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: A Etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p.161.

De qualquer forma, o problema prático não se resolve pela elaboração científica feita pela etnografia. Civilizar tornou-se uma prática, além de um mapeamento, de um conhecimento das línguas dos povos indígenas, de suas características raciais ou do estágio que ocupavam na escala de civilização/decadência. Talvez um bom exemplo seja o fato das práticas e esforços de construção de uma nação a partir de muitas nações tenha se dado mesmo antes da fundação do IHGB: claro, não quero dizer que os homens da primeira metade do século XIX tinham que agir de acordo com um plano. Pretendo, apenas, apontar para o seguinte: qual a eficácia do discurso do IHGB? É impossível estudar o assunto sem levar em consideração este aspecto, como se sabe desde a publicação do clássico artigo de Manoel Salgado Guimarães¹¹ sobre a nação e a civilização no Brasil imperial.

A ação passa pelo levantamento estatístico, mas também por propostas díspares de educação: já são bem conhecidos os esforços de Pombal e de José Bonifácio. Menos conhecido, há o exemplo de José de Toledo Rendon, que, já em 1823, propunha a uma nação que contava apenas com um ano de história independente, a distribuição de crianças indígenas entre famílias cuidadosamente selecionadas¹².

Penso, portanto, que o livro de Kaori Kodama é uma contribuição importante para pensarmos o limite da operação historiográfica no Brasil do século XIX. Tomo a liberdade de deixar de lado um pouco o vocabulário de Michel de Certeau, e me pergunto: qual foi o papel da etnografia, ou seja, por que ela foi necessária? Tendo sido necessária, terá sido eficaz, terá realmente alterado o projeto de construção da nação? Fundamentalmente, o que se está a pensar é o seguinte: qual a relevância do conhecimento no Brasil do XIX? Desnecessário completar: qual a importância que demos historicamente ao conhecimento, e, mais ainda, o que significa (também historicamente) este conhecimento estar atrelado ao Estado com propostas deliberadas e explícitas de construção nacional? Não foi meu objetivo usar a matriz de Rüsén como régua, mas ela serve de instrumento para perceber que, no caso específico da etnografia do IHGB, a segunda fase da matriz – elaboração científica – é bem menos intensa do que as outras duas.

¹¹ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

¹² KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: A Etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p.161.

Por suscitar tais perguntas, o livro de Kaori Kodama é leitura altamente recomendável não somente para o especialista em nosso período imperial e na história do IHGB, mas, também, por todo aquele que se interessa pelas reflexões sobre a necessidade, sentido e função do conhecimento científico.



www.revistafenix.pro.br